



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

CONSELHO DIRETOR

CONSELHO DIRETOR

APROVADO

7.ª Sessão, 14/11/2013

  
Secretário

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE JUNHO DE 2013.


5 Aos vinte e oito dias do mês de junho, às dez horas, na Sala de Reuniões do Gabinete da Direção-Geral, foi realizada a Quarta Sessão Ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram os conselheiros Rafael Garcia Barbastefano e Gilberto Castelo Branco (representante do ensino superior); Sérgio Roberto Araújo e Wanderley Freitas (representante dos docentes de ensino médio e técnico); Pedro Paulo Fernandes e Marcones Torres (representantes do ensino médio e técnico); Jurandyr Machado da Cunha e Ary (representante da associação de ex-alunos); Rosane Chaves Gaspar e Leila Marques da Silva (representantes dos técnicos administrativos); Marilda Pimenta de Melo (representante da Federação da Indústria do Rio de Janeiro); Cláudia D'Ávila (representante da Federação do Comércio). O Senhor Presidente, no **Expediente Inicial**, submeteu as atas para aprovação, sendo as da 1ª. e 3ª. sessões aprovadas por unanimidade. A da 2ª. sessão do mês de abril ainda havia alterações. Na Ordem do Dia, item 2.1 – **Doação de material da FAPERJ**, o Senhor Presidente falou a respeito dos equipamentos do Projeto FAPERJ que estariam sendo doados ao CEFET e por tratar-se de doação teriam que ser patrimoniados e aprovados neste pleno. Após leitura do processo, a doação foi aprovada por unanimidade. Após isso, passou ao item 2.2 - **Processo de desfazimento de material inservível**(mobiliário) que estavam na Unidade Nova Friburgo, por causa da enchente. Disse que houve a tentativa de recuperação, mas agora foi criada uma comissão a respeito da avaliação do material, fez-se o levantamento e agora precisa ser descartado: cadeiras, poltronas, mesas e gaveteiros. Aprovado por unanimidade. Passou ao item 2.3. **RSC – reconhecimento de saberes e competências**, para professores que não se titularam e exerceram seu trabalho restrito aos laboratórios, professores mais antigos, mas que hoje possuem saber equivalente a quem fez mestrado e doutorado. Esclareceu que o MEC reconheceu essa importância, fazendo com que fosse formalizada uma comissão para estudar a progressão de professores de acordo com a RSC. O conselheiro Sergio Araújo indagou se também a haveria a progressão ou se era somente o pagamento. O Senhor Presidente respondeu que haveria o pagamento e a progressão. Quem não é Mestre ou Doutor e não possui o reconhecimento de saberes e competências não consegue progredir para os níveis mais altos da carreira. De acordo com a Portaria 491, de 10 de junho de 2013, existe necessidade de se encaminhar ao ministério, por isso a necessidade de se elaborar o regulamento interno para RSC, sugerindo criar-se uma comissão interna já que havia sido criada comissão aprovada pelo governo federal. A nós compete criarmos o documento interno e osubmetermos à análise do MEC. A proposta foi de solicitar que esse encaminhamento venha do CEPE ou que se forme uma comissão mista: CEPE e CODIR. Sugestão acatada de pronto pelos

9

conselheiros Rafael e Sérgio Araújo. O conselheiro Sergio Araujo observou que já que o assunto era exclusivo da carreira do EBTT que se deva ter um numero de representantes considerado do pessoal do EBTT. O Senhor Presidente concordou, pois havia interesse do pessoal da carreira. O conselheiro Rafael sugeriu uma comissão mista, para chegar com um entendimento firmado, lembrando que o RAD foi trabalhado por uma comissão conjunta e funcionou, sendo mais interessante a tramitação. O conselheiro Sergio Araújo mostrou interesse em participar. O Senhor Presidente sugeriu que o CODIR poderia supervisionar a comissão. AS regras não podem ser diferentes para cada instituição, por isso uma comissão do MEC, para que não haja discrepância entre as instituições. Seria relevante que ele ficasse na supervisão do trabalho. Propôs uma comissão do CEPE e o relator traria para o CODIR. Posição mais imparcial. Dar esse encaminhamento solicitando ao CEPE que formalize a comissão e encaminhe as regras ao CODIR. O Senhor Presidente observou que dias 3 e 4 de julho no CONIF está na pauta o RSC, pra propor regras para a rede. Existe uma comissão no MEC, dois docentes da ANDIFES, dois docentes do CONIF e as secretarias para estudar a Lei. O Senhor Presidente fazia parte da comissão da ANDIFES. O conselheiro Sérgio Araújo acrescentou que havia professores antigos nessa Instituição que viveu praticamente sua experiência de aula em laboratórios e conheciam tudo, somavam uma experiência, mas que estavam fora do academicismo. O Senhor Presidente passou então ao item 2.4 – **viagem ao exterior**. Solicitou ao pleno autorização para viajar, informando que tinha sido convidado por Portugal e Estados Unidos para tratar a respeito da dupla titulação dos alunos da graduação. Tratava-se de uma parceria com os Institutos Politécnicos de Portugal, estudando um período aqui no Brasil e outro lá. O aluno obteria dois diplomas. E a viagem aos Estados Unidos iria tratar de processo semelhante. A discussão nos EUA poderia envolver a triangulação entre Universidade College do Texas e CEFET. Declarou ainda que já ocorreu anteriormente uma visita inicial em que assinamos um protocolo de mobilidade estudantil com o AlamoCollege e agora conversaríamos sobre a possibilidade de ampliação do convênio. Mas que a viagem dependia de votação, para que fosse autorizada. Desta forma, encaminhou a questão para votação. Foi aprovado de forma unânime. Sobre os itens PAINT e RAIN, ainda para aprovação, observou que com as greves e comemorações de final de ano propiciaram a que não houvesse CODIR e com isso os documentos foram encaminhados *ad referendum*, mas é o conselho quem aprova. Já encaminhamos até o primeiro relatório, mas oficialmente não foi com a resolução do conselho. Ainda está dentro do prazo. A conselheira Rosane perguntou sobre implantação de ouvidoria, observando que não existe na estrutura da instituição. Deixou a sugestão de que fosse inserida a ouvidoria no organograma da instituição. O conselheiro Rafael observou que no PAINT, conforme relatos da auditoria e em conversas com a Sra. Elizabeth, chefe da UAUDI, ficou sugerido que alguns processos de progressão seriam sorteados ao acaso. Ela concordou à época, em 2012, mas não viu a previsão de inclusão no plano. Foram feitos alguns entendimentos, mas foi extra oficial. Ela ficou de incluir num plano futuro, mas não foi incluído. Acho pessoalmente interessante que ao final do processo de progressão, fossem inseridos alguns exemplos a cada ano. E deixo aqui esse registro. A conselheira Rosane sugeriu ainda para o PAINT colocar uma carga horária para assessoria ao CODIR. Ou seja, qualquer dúvida que surgisse nessa parte de auditoria, seria reservado um horário. O Senhor Presidente ficou de encaminhar essas reivindicações à auditoria. O PAINT e RAIN foram aprovados com ressalvas. O

Senhor Presidente passou ao item 2.6 **Estruturação do DEPBG**, explanado pelo conselheiro Gilberto, justificou a inclusão em pauta. O professor Leydervan, como relator do assunto, informou que viera ao conselho, pois o fato de uma reestruturação no departamento exigir uma previsão de atribuição de FG para chefias de departamento seria o fato mais delicado. Já fora aprovada proposta há dois anos e encaminhada ao CONDEP. Recentemente, na quarta sessão ordinária do CONEN entrou em pauta, aguardando o encaminhamento para execução do que já tinha sido solicitado. Mas o encaminhamento ficou suspenso, por causa de discussão no âmbito administrativo do DEPES, e como o assunto envolvia Função Gratificada, pensou-se em encaminhar ao CODIR. O professor Leydervan explicou aos conselheiros o motivo da reestruturação. O Senhor Presidente ponderou que este assunto não era para ser tratado neste pleno, e tratava-se de um ato administrativo. Disse que não se podia confundir atos administrativos da Direção-Geral com os atos do CODIR. O conselheiro Gilberto disse que estavam aguardando a reestuturação administrativa. As decisões acabaram indo ao CONEN e já passaram pelo DEPBG e CONDEP, faltando apenas acordar o FG, mas pleiteava-se a execução do que já tinha sido deliberado há dois anos. O Senhor Presidente enfatizou que não era assunto pertinente ao CODIR, porém o professor Leydervan disse que tecnicamente estaria certo, mas operacionalmente havia um problema a ser resolvido. O assunto foi levado a uma avaliação mais ampla e a todas as instâncias e estava aprovado pelos conselhos, mas se questionava por que ainda não tinha sido implantado, observando que se o conselho não acatasse como matéria deliberativa, poderia fazer recomendações e posicionamentos em ata. Neste momento o Senhor Presidente propôs que se retirasse o assunto da pauta. O conselheiro Rafael disse que a consulta lhe parecia razoável, observando que o ato administrativo era da Direção-Geral. Completou dizendo que caberia ao DEPES fazer uma solicitação de criação de FGs ou de remanejamento. Em termos de conselho, não havia como aprovar ou não, pois era um ato administrativo. Mas indicar o encaminhamento ao DEPES era razoável. Após este acordo com os conselheiros, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Professor Leydervan, e passou ao Expediente Final com informes diversos. O conselheiro Rafael informou que a comissão do regimento vinha se reunindo, regularmente, e salientou a necessidade da Portaria. (conselheiros Sérgio Araújo, Rafael Barbastéfano, Jurandyr e Leila Marques. Observou que ainda não tinha trazido ao pleno uma minuta, e solicitou proposta de organograma ao senhor presidente do conselho, informando ainda que estivera com o diretor administrativo e este o informou que: 1) este ano estava fazendo a redação do organograma e que as funções descritas no Portal da transparência não tinham relação direta com as funções da escola. Isso causara estranheza e sugeriu que fosse feita a compatibilização das duas; 2) o diretor estava tendo dificuldade, porque o funcionário do SIAPE que realizava esse trabalho saiu da instituição. O conselheiro Sergio observou que havia funções iguais e FGs diferentes - havia distorção e isso causava desconforto entre os coordenadores de curso, por exemplo. O conselheiro Rafael falou, em relação ao concurso, que a PROJU deveria se pronunciar na questão de cotas de deficientes, para ver como será realizado o processamento. Há uma vaga para vários perfis e isso gera dúvida. E ainda com relação ao concurso de professores para o ensino superior, via com preocupação as discussões nas últimas semanas sobre a contratação de professores com titulação de pós-graduação e suas titulações. O Senhor Presidente divulgou a notícia de que o pessoal do CEFET Junior havia recebido premiação, o troféu ouro de qualidade e que

foi a única instituição juntamente com a UFRJ. Parabenizou a equipe e os alunos de administração e produção. Ainda no Expediente final, o Senhor Presidente disse que havia sido disparada o processo de eleição para os membros que vão compor os conselhos nas unidades e também o processo de consulta para o diretor de unidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão e agradeceu a presença de todos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, na qualidade de secretária e pelo senhor presidente.

A handwritten signature, possibly 'A. S.', is enclosed within a hand-drawn oval shape.